

Da Batalha dos Três Reis aos relatos de naufrágios: sobre notícias e popularidade nos séculos XVI e XVII



Capa do livro *A "Nau Catrineta"*, de Fernando de Castro Pires de Lima, 1954, fotografia (detalhe).

André Belo

Doutor em História pela École de Hautes Études de France. Professor do Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Rennes 2/França. Autor, entre outros livros, de *História & livro e leitura*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
andre.belo@univ-rennes2.fr

Da Batalha dos Três Reis aos relatos de naufrágios: sobre notícias e popularidade nos séculos XVI e XVII¹

Rumours and shipwrecks: on news and popularity in the 16th and 17th centuries

André Belo

RESUMO

Este artigo pretende contribuir para a compreensão da relação entre certos textos e a prévia circulação de notícias e mensagens no tecido social, em Portugal e na Europa da época moderna. O trabalho apoia-se em três exemplos diferentes, todos do final do século XVI e inícios do XVII: os panfletos em língua alemã que se referem à Batalha de Alcácer Quibir (ou “dos Três Reis”), na qual morreu o rei d. Sebastião (4 de agosto de 1578); a circulação de rumores em Portugal sobre a sobrevivência do mesmo rei após a batalha e durante o episódio do falso rei “de Veneza (1598-1603); e relatos portugueses de naufrágio bem conhecidos da mesma época, em especial o da nau de Jorge de Albuquerque Coelho, capitão de Pernambuco. Discute-se a popularidade deste folheto em relação com uma experiência prévia dos habitantes de Lisboa, que puderam ver o destroço do navio durante semanas, em lugar bem conhecido da cidade. A participação de Albuquerque Coelho na Batalha dos Três Reis permite fechar o círculo de uma interpretação em que os diferentes meios de circulação noticiosa não são considerados isoladamente, mas através de um conjunto de interações – da oralidade ao texto impresso – que podemos deduzir das fontes.

PALAVRAS-CHAVE: rumores; relatos de naufrágio; popularidade.

ABSTRACT

This essay discusses the relation between certain texts and the previous circulation of news and messages in the social world, in Portugal and in Europe during the Early Modern Period. The research is based on three different examples from the late 16th century and early 17th century: the German pamphlets referring to the Battle of the Three Kings, in which king Sebastian died (4th August 1578); the circulation of rumours in Portugal about the survival of the same king after the battle and during the episode of the false king Sebastian of Venice (1598-1603); and a few well-known shipwreck narratives from the same period, in particular the sinking of the ship of Jorge de Albuquerque Coelho, captain of Pernambuco. The popularity of this pamphlet is discussed in relation to the fact that the inhabitants of Lisbon were able to see the wreck of the ship for weeks, after its “miraculous” salvation. The participation of Albuquerque Coelho in the battle of the Three Kings allows us to close the circle of an interpretation in which the different media of news circulation are not considered isolated, but through a set of interactions – from orality to printed text – that can be deduced from the sources.

KEYWORDS: rumours; narratives of shipwrecks; popularity.

¹ Este artigo desenvolve uma comunicação originalmente apresentada em junho de 2017 em Trento, Itália, no colóquio internacional Crossing borders, crossing cultures: popular print in Europe (1450-1900). Agradeço a Massimo Rospocher e Jeroen Salman o gentil convite para participar desse evento.



O objetivo deste artigo é propor linhas de análise para um fenómeno sociocultural específico: a relação, na Europa da Alta Idade Moderna, entre o sucesso de certos relatos noticiosos impressos na forma de folheto e a prévia circulação de narrativas no tecido social. Ao publicá-las numa revista interdisciplinar, a minha esperança é que estas reflexões encontrem eco fora do seu âmbito específico e admitam algum grau de generalização. O texto apoia-se principalmente numa investigação que tenho desenvolvido nos últimos anos sobre as origens do sebastianismo, em torno do episódio do falso d. Sebastião que apareceu em Veneza em 1598. Nessa investigação, tenho me debruçado também sobre a circulação de notícias da Batalha dos Três Reis, mais conhecida na memória portuguesa como Batalha de Alcácer Quibir².

Faço a este propósito uma pequena digressão, ainda antes de entrar no tema principal do artigo. A diferença na maneira de designar a batalha é em si mesma interessante, pois o facto de a primeira expressão ser hoje pouco usada em Portugal parece traduzir um fenómeno especificamente português: a hesitação, de raiz sebastianista mas que de forma inconsciente sobreviveu em textos até aos tempos mais recentes, em aceitar a morte do rei português no campo de batalha.² Se o nome de Batalha dos Três Reis se tornou comum na Europa foi pelo facto, digno de memória porque considerado sem precedente histórico, de que três reis morreram na batalha: os dois príncipes marroquinos da dinastia saadiana em conflito, Abd al-Malik e Mohammed al-Mutawakkil e, aliado a este último, o malogrado rei português. Referir-se à batalha como sendo “dos Três Reis” é, implicitamente, reconhecer a morte de d. Sebastião nela. Seria interessante, por isso, saber a partir de quando a designação Batalha de Alcácer-Quibir se tornou dominante na cultura portuguesa. As várias crónicas impressas do século XVIII que tratam do reinado de d. Sebastião (Barbosa Machado, Pereira Baião, frei Manuel dos Santos) parecem oscilar entre as duas designações. No final do século XVI e ao longo de parte do XVII a batalha foi sobretudo conhecida como a Jornada de África, nome também do primeiro livro impresso em Portugal que fez a crónica-testemunho dos acontecimentos, da autoria de Jerónimo de Mendonça, publicada em Lisboa, em 1607.

Folhetos em língua alemã

Os relatos sobre a batalha marroquina e sobre a morte do rei de Portugal começaram rapidamente a circular em toda a Europa, sob diferentes formas e suportes, aquilo a que podemos chamar, na esteira de Fernando Bouza, a trindade comunicativa das mensagens verbais na época: oralidade, correspondência manuscrita e textos impressos. Começemos por estes últimos. Só no ano de 1578 foram impressos pelo menos uma dezena de folhetos relatan-

² Desenvolvo esta ideia no primeiro capítulo de um livro que acabo de publicar sobre estes temas: BELO, André. *Morte e ficção do rei dom Sebastião*. Lisboa: Tinta-da-china, 2021.

do a batalha e o fatal destino de d. Sebastião, em francês (Paris e Antuérpia), italiano (Tivoli e Pádua), inglês (Londres), checo (Praga) e em alemão (Leipzig, Nuremberga, Colónia, Augsburg). O exemplo dos folhetos alemães, estudado por Ana Maria Pinhão Ramalheira em quem aqui me baseio³, é particularmente interessante, pela variedade de textos e imagens publicados, e é nele que me vou concentrar aqui. Desde o século XV, após a invenção da impressão em caracteres móveis por Gutenberg, que as cidades alemãs formavam uma região muito dinâmica na impressão de folhetos, primeiro sobre questões religiosas (relativos às polémicas teológicas da Reforma protestante) e depois sobre batalhas e acontecimentos internacionais dignos de registo. Era claramente este o caso da batalha marroquina, trágica por causa do seu desfecho, pelo elevado número de mortos e cativos e pela morte do rei de Portugal – com as suas consequências políticas imediatas sobre o reino e as extraordinárias perspectivas de ampliação imperial que tal perda oferecia aos Áustrias de Espanha. A esta morte vinha juntar-se a dos dois príncipes marroquinos rivais, elevando para três a conta de príncipes caídos, facto notado como sem precedente na história. No próprio ano de 1578, três ou quatro folhetos de meia-dúzia de páginas foram publicados, primeiro em Leipzig e depois em Nuremberga, com o título de Batalha Portuguesa (*Portugalesische Schlacht*). Os folhetos destacavam, na folha de rosto, a morte do rei e de mais de vinte mil soldados, e certificavam a sua informação a partir de notícias enviadas de Madrid e de Lisboa. A fonte na corte portuguesa era provavelmente o correspondente dos mercadores Fugger. De facto, é possível identificar a coincidência de parte do texto com um relato que consta da célebre coleção de notícias manuscritas conhecidas como *fuggerzeitungen* que se conservam na Biblioteca Nacional de Viena. Esse relato deve ter sido traduzido em alemão a partir de uma carta original provavelmente escrita em português. O tradutor alemão parece ter sido Hans Adelgais, feitor da casa comercial dos Fugger em Colónia.⁴ O mesmo processo de redação e tradução deve ter estado na origem de outros dois folhetos publicados em Nuremberga pouco tempo depois, contendo os relatos das cerimónias oficiais de luto por d. Sebastião e da aclamação do cardeal d. Henrique como novo rei. Os folhetos criavam uma sequência, uma narrativa de eventos, alimentando a expectativa dos leitores.

Ainda em 1578 foi impresso em Augsburg um mapa a cores, em forma de cartaz, mostrando o campo de batalha e contendo uma legenda detalhada sobre a contenda. A iniciativa foi do gravador Hans Rogel, autor de numerosas ilustrações em xilogravura. Em Colónia, sempre no mesmo ano, foram impressos outros dois folhetos com relatos da batalha em forma de verso.

Estes relatos poéticos são particularmente interessantes pois atestam de uma prática muito comum em toda a Europa, a de composição de canções relatando histórias ou acontecimentos importantes. Na Península Ibérica, era o

³ Ver RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão. *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha*: representações historiográficas e literárias (1578 – ca. 1800). Coimbra: Minerva, 2002.

⁴ Ver SOMMER, Horst. Die altdeutschen und altschechischen Zeitungen über König Sebastians Tod bei Alcazar-Quebir, 5. August 1578. *Libri*, v. 16, n. 3, [s. l.], 1966. Sobre H. Adelgais, ver BARBARICS-HERMANIK, Zsuzsa. The coexistence of manuscript and print: handwritten newsletters in the second century of print: 1540–1640. In: WALSBY, Malcolm e KEMP, Graeme (ed.). *The book triumphant: print transition in the sixteenth and seventeenth centuries*. Leiden-Boston: Brill, 2011, p. 363.

que se fazia com os romances que contavam histórias de cavalaria e também glosavam os ecos de acontecimentos da atualidade. Como veremos no final deste artigo, conhece-se pelo menos um romance relativo à Batalha dos Três Reis, transcrito, com a sua notação musical, por Miguel Leitão de Andrada na sua *Miscellanea*.⁵ Ao publicarem esses versos em folhetos, os impressores alemães interagiam com essa prática, amplificando-a ou sugerindo novos versos para serem cantados com melodias já conhecidas. No que diz respeito ao conteúdo dos versos: enquanto um primeiro folheto anónimo, que devia ser entoado pela canção de uma Batalha de França, se mantém fiel, no essencial, à informação transmitida pelos relatos em prosa, o segundo folheto, composto por Ambrosius Wetz, efetua alterações factuais importantes, alterando os referentes geográficos e políticos: o rei de Portugal — que deixa de ser nomeado como Sebastião e é referido como tendo um filho — “queria subjugar a Pérsia ao seu poderio”, e combate um rei persa com um exército de 80 mil homens (a carta inicial do correspondente dos Fugger referia cerca de 25 mil). O número de reis mortos na batalha — que já era de quatro no primeiro relato em verso — passava a ser de cinco.

Estas alterações mostram como os relatos sobre a batalha foram sofrendo sucessivas mediações e deslocções de sentido. Não se trata apenas da licença poética de um compositor de canções. É todo o horizonte de leitura destes folhetos alemães sobre a Batalha Portuguesa que é bem diferente do que predominava nos relatos que circularam na Península Ibérica. Os folhetos em língua alemã sobre a batalha de 1578 devem ser inseridos numa, então já longa, tradição de publicação de cartas de indulgência, folhetos e gravuras relacionados com o perigo turco (*Türkengefahr*), que ameaçava a fronteira sudeste do império romano-germânico. Essa tradição vinha desde o século XV, tendo sido alimentada por acontecimentos de grande impacto como, em 1470, a conquista pelos Otomanos da colónia veneziana de Negroponte, o primeiro cerco de Viena de 1529 ou a batalha naval de Lepanto, de 1571. Esse horizonte de leitura revela-se nos relatos sobre a Batalha dos Três Reis em língua alemã, desde a primeira tradução do feitor Adelgais em Colónia. O exército que os cristãos combatem é referido nestes textos principalmente como sendo composto por turcos, perdendo-se a referência aos mouros que é habitual nas fontes ibéricas. Também as ilustrações que aparecem na página de rosto dos folhetos alemães, como era então prática habitual, constituem muito provavelmente reutilizações de gravuras que já tinham circulado em folhetos anti-turcos. Assim, podemos dizer que estes relatos não foram apenas traduzidos de fontes portuguesas e espanholas. Integraram-se numa narrativa local de objetos impressos, temas e imagens, sendo objeto de uma resignificação para se adaptarem à narrativa antiturca mais familiar aos leitores alemães. Mas esta constatação não diminui a importância da presença de relatos e comentários sobre a Batalha dos Três Reis na Europa, e nos estados do império romano-germânico em particular: em 1580 foi impressa em Nuremberga a tradução em latim de um extenso relato presencial, que foi originalmente escrito por frei Luis Nieto em castelhano. Este folheto latino — *Historia de bello Africano*, tra-

⁵ Ver ANDRADA, Miguel Leitão de. *Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande*: apparecimto. de sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiosidades e poezias diversas. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1629, p. 228-231.

duzido por J.-Thomas Freig — conheceria pelo menos quatro edições nos anos seguintes e haveria de ser objeto de nova tradução para a língua alemã, assim como de edições em inglês.

Algo que também alimentou certamente a popularidade dos relatos da batalha foi a presença de numerosos soldados de várias nações — espanhóis, italianos, irlandeses, flamengos e alemães — no exército de d. Sebastião. Diferentes fontes mencionam um número estimado em 2500 a 3000 alemães (tudescos). Na verdade, sob esta designação genérica, tratava-se de um contingente de lansquenetes flamengos, valões e alemães, liderados por Martinho da Borgonha, e acompanhados por mulheres e crianças. Uma das questões abordadas nos folhetos alemães é a honra e a reputação dos soldados, cuja defesa diligente é ali feita. Também é seguro que circularam — embora não pareçam ter sobrevivido em testemunhos escritos — relatos orais feitos por estes soldados ou pelas mulheres que os acompanhavam. Apesar de o cartaz feito por Hans Rogel em Augsburgo dizer que todos os soldados estrangeiros foram mortos, fontes mais tardias e mais detalhadas referem a presença de soldados “tudescos” junto dos demais cativos, portugueses ou de outras nações. Um desses soldados, segundo o que relata Jerónimo de Mendonça no quarto capítulo da sua *Jornada de África*, de 1607, terá mesmo ajudado o corregedor Belchior do Amaral a enterrar o rei.⁶

Generalizando

Os diferentes exemplos evocados a partir dos relatos da Batalha dos Três Reis permitem traçar uma breve síntese das diferentes formas de comunicação envolvidas: 1. relatos orais, incluindo os de testemunhas presenciais; 2. relatos manuscritos circulando em redes regulares de correspondentes; 3. folhetos impressos, incluindo gravuras e mapas e textos em prosa e em verso, relacionados com uma transmissão oral, por via da recitação ou do canto.

Esta pequena sistematização indicia a diversidade e a riqueza de uma sociedade de informação *sui generis*, que tinha diferentes formas de comunicação à sua disposição e entre as quais, como hoje, não existiam fronteiras estanques. Para a caracterização deste ambiente de comunicação penso que nos devemos afastar de uma ideia de esfera ou espaço público unificado por lugares, práticas ou linguagens comuns. Existiam diferentes modos de circulação da informação, que tinha lugar em espaços que não eram necessariamente públicos nem de acesso igual para todos. O que era notícia para um indivíduo ou comunidade não o era necessariamente para outros. A transmissão de informação seguia linhas bem vincadas de separação sociocultural. Isto não significa que não existissem novas de caráter público, conhecidas de todos, como a derrota do exército de d. Sebastião em África, que rapidamente se espalhou em Lisboa como um surdo rumor ainda antes da chegada da notícia oficial.⁷ Públicos eram também os rumores, muitas vezes impermeáveis às tentativas oficiais para os desmentir — foi esse o caso dos boatos persistentes sobre a

⁶ Cf. MENDOÇA, Hieronymo de. *Jornada de África*: em a qual se responde à Jeronymo Franqui, & outros, & se trata do successo da batalha, cativoiro, & dos que nelle padecerão por não serem mouros, com outras cousas dignas de notar. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1607, f. 64.

⁷ Ver DA CRUZ, Bernardo. *Chronica d'El Rei D. Sebastião*, v. 2, Lisboa: Escriptorio, 1903, p. 127.

sobrevivência do rei português, que continuaram durante meses e anos, e foram ciclicamente renovados pelos casos de falsos d. Sebastião.

A perspectiva que adoto na interpretação das notícias é a do leitor/ouvinte/espectador.⁸ Se nos colocarmos no ponto de vista de alguém que produzia informação, por exemplo alguém, como Hans Adelgais, que tinha um papel ativo na seleção e tradução de notícias manuscritas, os folhetos impressos que referi representavam uma forma de amplificação de relatos que ele e outros já conheciam previamente. Podemos dizer que Adelgais assistia à transformação de relatos de circulação mais restrita (caso da correspondência) em relatos de circulação mais alargada (caso dos folhetos). O que presumivelmente era importante para ele na leitura dos folhetos era verificar as mudanças que a mediação feita por novos editores trazia à informação que ele próprio tinha previamente selecionado e difundido.

Se, por outro lado, nos colocarmos na perspectiva de quem não produzia informação escrita – a grande maioria da população – e conhecia as notícias por ouvir contá-las, a situação era evidentemente diferente e a função informativa do folheto seria outra. No entanto, podemos supor que também aqui houvesse frequentemente um conhecimento prévio das notícias do mundo, anterior à da sua circulação impressa, sobretudo em acontecimentos de significado político transcendente para as monarquias cristãs como foi o caso da Batalha dos Três Reis.

Em todo o caso, e é o primeiro ponto que quero sublinhar, a função dos folhetos alemães da batalha não era necessariamente, nem talvez prioritariamente, dar notícias em primeira mão. Estas últimas – quando o acontecimento era de grande importância, repito – circulavam mais rapidamente pela oralidade.

Mas, se essa não era a sua função informativa, então que tipo de informação transmitiam os folhetos impressos? Eis uma questão para a qual não é possível dar uma resposta a um nível tão geral. Seria necessário fazer uma análise detalhada de uma série coerente destas publicações. Apontarei apenas aqui alguns elementos que permitem, segundo creio, entrar na questão. Por um lado, entre os variados grupos sociais que adquiriam e liam folhetos, as notícias do tempo presente eram concebidas como apenas uma parte de uma narrativa mais profunda. Nessa narrativa, uma série de motivos deviam ser interpretados para além da simples espuma noticiosa: a vontade divina, a relação com a natureza, os textos antigos, a tradição. As notícias do tempo presente deviam elas próprias integrar-se numa história mais longa para poderem ganhar sentido e solidez, para o tempo permitir a distinção entre rumores ou notícias sem pertinência, para um lado, e a verdadeira matéria que serviria para escrever a história, para o outro.

A associação entre o folheto impresso e a história ou a posteridade fazia-se a partir da ideia de que a informação impressa era pública e, pela sua circulação em muitas cópias, se destinava a durar. Daí que fizesse habitual-

⁸ Apresento aqui uma ideia que desenvolvo noutros trabalhos sobre a informação de Antigo Regime, nomeadamente a minha tese de doutorado inédita, BELO, André. *Nouvelles d'Ancien Régime: la Gazette de Lisbonne et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. Tese (Doutorado em História) – EHESS, Paris, 2005. Ver também o meu ensaio de síntese, *News exchange and social distinction*. In: RAYMOND, Joad e MOXHAM, Noah (eds.). *News networks in Early Modern Europe*. Leiden-Boston: Brill, 2016.



mente parte da retórica do impresso insistir na solenidade do relato, no crédito (associado à verdade) no sentido moral. Daí a ênfase que era posta em detalhes significativos que permitissem afirmar o crédito de um relato e também retirar lições morais, apurar responsabilidades pela vitória ou pela derrota, aferir o comportamento dos soldados, em relação com a reputação da nação a que pertenciam. Estes elementos, no todo ou em parte, fizeram parte da chave de leitura dos folhetos alemães sobre a Batalha dos Três Reis. Era essa a informação relevante que eles traziam, mais do que notícias em primeira mão.⁹

E em que medida é que estes folhetos eram ou aspiravam a ser populares? Esta pergunta também não é de resposta fácil, pois a popularidade de um texto, a sua vulgarização, tinha uma conotação negativa no quadro da oposição sociocultural dominante na época entre vulgar e discreto. O mesmo acontecia com a curiosidade: valorizada em círculos letrados, ela era moralmente condenada a partir do momento em que saía desses círculos e passava a ser considerada vulgar ou popular.

Por outro lado, a popularidade de um texto era o nervo da sua venda, a explorar por impressores, vendedores ou escritores dependentes de um rendimento venal. Ora, essa exploração comercial era feita pelo recurso a temas e histórias que integravam uma narrativa transmitida localmente, relacionada com a construção de um sentido de comunidade. No exemplo dos folhetos em língua alemã sobre a Batalha dos Três Reis, essa narrativa relacionava-se, como referi, com a matéria das batalhas contra os turcos. De um modo geral, os conflitos militares marcados por uma oposição de tipo religioso e/ou entre potências tinham esse poder de reativar formas locais de envolvimento ideológico. Através de palavras e de imagens, o texto impresso permitia reatualizar uma experiência partilhada, uma memória anterior de conflitos ou de festejos urbanos triunfais. Tratava-se de tomar partido através dos textos, com a consciência de que outros leitores o estariam também fazendo. Esta função ideológica de identificação é provavelmente uma razão determinante para explicar por que razão as notícias internacionais tiveram um papel tão duradouro no desenvolvimento das notícias impressas, incluindo, a partir do início do século XVII, o aparecimento de uma imprensa periódica. Ao longo deste século e do XVIII as notícias das guerras estrangeiras constituíram o motor do seu crescimento. No caso português, em que o desenvolvimento da forma gazeta foi tardio, foram também as várias guerras de sucessão europeias (de Espanha, da Polónia, da Áustria) que permitiram o crescimento de um mercado de venda de notícias.¹⁰ Tendo a sua origem no estrangeiro, só em aparência as notícias internacionais diziam respeito a uma realidade exterior. Elas eram reinterpretadas localmente à luz de formas de adesão e oposição de tipo comunitário.

⁹ Note-se que foi precisamente a questão da reputação que motivou a publicação das primeiras obras que autores portugueses escreveram sobre a batalha marroquina. É o caso, entre outros autores, do citado Jerónimo de Mendonça, que escreve explicitamente em defesa da reputação da nobreza e dos soldados portugueses que combateram na batalha, contra o que sobre eles se espalhou nas obras de Franchi Conestaggio ou António de San Román.

¹⁰ Ver sobre o assunto o artigo de BELO, André. La política de los partidos: noticias de las guerras europeas en Portugal en la primera mitad del siglo XVIII. In: SÁNCHEZ, Serrano (ed.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*. Gijón: Trea, 2011.

Mais notícias (e rumores)

Volto à questão das notícias da batalha de 1578, agora de um ponto de vista português. Não houve folhetos impressos em Portugal sobre tão traumático acontecimento. As razões para tal devem ser buscadas no plano da forte sensibilidade moral e política do mesmo e não no plano da (falta de) curiosidade de potenciais leitores no reino português. O interesse por relatos sobre o que aconteceu em Marrocos foi evidentemente muito grande, em todos os setores da população, dada a enorme quantidade de pessoas envolvidas na expedição, e a incerteza sobre o paradeiro (fuga, cativo ou morte) de milhares de combatentes portugueses, incluindo o rei e os membros da principal nobreza do reino.

Como referi atrás, e é bem sabido, o rumor de que o rei d. Sebastião conseguira escapar com vida da batalha, com alguns cavaleiros do seu séquito, espalhou-se rapidamente em Portugal. Isto aconteceu ao mesmo tempo que chegou também, em final de agosto, numa das frotas que regressou de Marrocos, a oficialização da notícia da morte do rei, feita pelo juiz Belchior do Amaral. As autoridades portuguesas tentaram, desde o início, desmentir e reprimir tais rumores, indesejáveis no quadro da crise de sucessão que então se abriu, mas não conseguiram impedir inteiramente a sua difusão nos meses e anos após a batalha. Uma parte desses rumores de sobrevivência do rei, segundo vários testemunhos convergentes, eram forjados com intenções políticas. Destinavam-se a fazer ganhar tempo, na crise sucessória em aberto, aos opositores ao partido de Filipe II de Castela. Mas outros tinham uma origem difusa, gerada em ambiente popular.

Um dos exemplos deste último tipo, citado por diferentes historiadores, é o de Pedro Bermudez, um curandeiro proveniente das Astúrias que residia no Alentejo, no sul de Portugal, e tinha participado na batalha marroquina. Ele foi acusado de feitiçaria e superstição em 1579 pelo tribunal da Inquisição de Évora. Entre outras coisas, Bermudez anunciou também a pessoas à sua volta que o rei d. Sebastião estava vivo, a partir de uma interpretação milenarista de profecias. Uma das suas fontes foi um livro que alegou ter visto em Roma, o almanaque do bolonhês Niccolò Simi, repleto de tabelas para a interpretação astrológica ano a ano, e destinado a enorme longevidade editorial.¹¹ O caso de Bermudez é revelador do longo e complexo itinerário da interpretação de notícias no tempo e no espaço. Ele reinterpretou a memória que tinha de um almanaque impresso em relação com especulação milenarista e joaquimita sobre o rei de Portugal, na sequência do evento traumático de 1578.

As fontes contemporâneas da época referem-se a outras formas de interpretar o desfecho da batalha em relação com profecias e almanaques. O famoso cometa que foi visto na Europa em 1577 foi visto, antes e depois da batalha, como um sinal. Enquanto alguns, próximos do rei, terão interpretado o cometa como um augúrio favorável à expedição (atrás da palavra cometa se

¹¹ Ver SIMI, Niccolò. *Ephemerides Nicolai Simi mathematici Bononiensis, ad annos XV incipientes ab anno Christi MDLIII usque ad annum MDLXVIII*. Venezia: [s./e.], 1554. Sobre o processo de Pedro Bermudez, ver a tese de RIBEIRO, António Vitor Sanches Ferreira. *O auto dos místicos: alumbrados, profecias, aparições e inquisidores (séculos XVI-XVIII)*. Tese (Doutorado em História Moderna) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

esconderia a ordem de ataque “acometa”), outros defenderam exatamente o contrário. Segundo o cronista lisboeta Pero Roiz Soares, esta última opinião foi largamente maioritária entre as “pessoas doutas” e era apoiada por um outro autor bolonhês de prognósticos, o Mestre Hercules de Rovere (Ercoli Della Rovere), autor de um folheto que o próprio papa teria enviado a d. Sebastião para o dissuadir da empresa africana.¹² Sublinho estes testemunhos do impacto em Portugal, em ambientes bem distintos, de duas obras impressas em Bolonha, uma em latim, outra em italiano, e invocadas para defender duas posições de sentido inverso em relação com a interpretação da batalha.

O texto de Pero Roiz Soares, bem conhecido dos historiadores, é preciso por várias razões. Escrito do ponto de vista de um membro das elites urbanas, ele registra uma miríade de pequenos incidentes ocorridos em Lisboa que alimentam uma narrativa de insatisfação política relativamente ao governo castelhano, após a união das coroas de 1581. As notícias que chegam regularmente do exterior, por carta ou por navio, tinham um papel fundamental no desenvolvimento dessa narrativa. Em 1586, por exemplo, e segundo Roiz Soares, Francis Drake era o tema exclusivo das conversas na cidade. O conhecido corsário não era um referente exótico: ele representava o poder naval inglês, rival do poder do rei das Espanhas. A cidade de Lisboa era um centro nevrálgico desta rivalidade, como o demonstrou pouco tempo depois a preparação, feita nos seus portos, da “Armada Invencível”. As notícias que davam conta das iminentes expedições de Drake circulavam abundantemente em Lisboa, não carecendo de circulação pela via do impresso para sustentarem uma narrativa local de oposição ao governo, à qual se juntava também o receio pelas consequências de um eventual ataque inglês à cidade.

Cerca de uma década mais tarde, no início do outono de 1598, coincidindo com a morte de Filipe I (II de Castela) e a aclamação do novo rei Filipe II (III), renovaram-se com força os rumores de sobrevivência do rei d. Sebastião. Segundo as cartas que então chegaram a Lisboa, ele teria aparecido em Veneza. O rumor deu a oportunidade a um punhado de exilados portugueses para desenvolverem uma pressão diplomática e publicarem textos apologéticos em favor do que consideravam ser o regresso messiânico do monarca perdido para retomar o seu trono. No início deste episódio complexo — que está na raiz do nascimento do sebastianismo propriamente dito — estão, assim, notícias chegadas do exterior que, como um rastilho, atearam focos intermitentes de agitação política em Lisboa durante meses e mesmo anos. A história durou até 1603, quando o impostor, um calabrês chamado Marco Tullio Catizone, foi julgado e enforcado em Sanlúcar de Barrameda, no sul de Espanha, após anos de processos e estadias demoradas nas prisões de diferentes estados.

O episódio sebastianista que nasceu em Veneza constituiu uma preocupação regular para as autoridades espanholas pelo seu potencial de agitação popular em Portugal, como o evidencia a correspondência de Cristóvão de Moura, vice-rei de Portugal a partir de 1600.¹³ Os despachos de Moura deixam

¹² Cf. SOARES, Pero Roiz. *Memorial de Pero Roiz Soares*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, p. 90 e 91. O pequeno folheto de Della Rovere sobre o cometa intitulava-se *Vaticinio, & general discorso [...] Sopra quel che minaccia la reuolutione dell'anno 1578 insieme con la cometa apparsa ...*, Florença, 1577.

¹³ Os despachos de Moura encontram-se no Arquivo Histórico Nacional de Madrid: Estado, Legajos 76 e 77d.

claramente perceber o papel desempenhado pelas notícias internacionais, alimentando as conversas sobre a identidade messiânica – ou não – do prisioneiro. Moura conhecia bem o problema, uma vez que já 20 anos antes, em 1578 e 1579, ele tinha estado em Lisboa como enviado de Filipe II e tinha constatado a facilidade com que os rumores de que o rei estava vivo se difundiam. Para Moura, tais boatos eram uma forma de “ruído popular” (*ruído en el pueblo*) que alastrava a pessoas cordatas, do clero e da nobreza. As suas cartas transmitem para a corte espanhola o tópico bem conhecido da paixão do vulgo pelas novidades, uma forma de cegueira que era perigosa quando atingia os grupos dirigentes. A “democratização” (palavra que Moura não utilizava, evidentemente) das notícias conduzia ao apagamento das hierarquias socioculturais e ameaçava a ordem social.

Em vários momentos, Moura revela estereótipos paternalistas sobre os vassallos portugueses, que considerava súbditos leais mas de comportamento irracional. Por trás de tais estereótipos – que ele afirmava que o envergonhavam como “natural” português – o que o vice-rei descreve é uma espécie de “guerrilha” de boatos e notícias falsas, orquestrada a partir do exterior pelos exilados portugueses para desencadear uma revolta contra o domínio castelhano. As armas de tal guerrilha eram várias: por um lado, testemunhas oculares que diziam ter visto d. Sebastião em Veneza ou na prisão em Nápoles; por outro, cartas enviadas de Itália certificando a identidade régia do prisioneiro; e, por outro lado ainda, livros impressos em França que faziam a apologia da vinda milagrosa do rei d. Sebastião. Entre essas obras contavam-se o livro de João de Castro, impresso clandestinamente em Paris, e os livrinhos em francês do dominicano José Teixeira.¹⁴ A circulação dessas obras em Portugal não foi massiva. No entanto, mesmo circulando em poucos exemplares e – no caso de Teixeira – numa língua estrangeira, o seu impacto político foi importante, identificado pelas autoridades como capaz de amplificar um descontentamento que vinha de trás. O impacto destes textos não dependeu de uma circulação ampla, mas do facto de serem conhecidos e poderem ser invocados em apoio da causa, em conversas e cartas.

Relatos de naufrágio

Reservo para a última parte deste artigo a referência a outro tipo de textos impressos que permitem estudar a relação entre a sua popularidade e uma circulação prévia de relatos e anedotas. Ainda que a produção tipográfica portuguesa nos séculos XV e XVI tenha sido bem menos importante em termos quantitativos do que a dos territórios de língua alemã, também no reino de Portugal a publicação de folhetos e pequenos livros teve uma função na criação de hábitos de consumo comercial e de leitura. O exemplo dos relatos de naufrágio, estudado entre outros por Giulia Lanciani e Diogo Ramada Curto¹⁵, permite compreender o fenómeno. É possível identificar três ciclos de

¹⁴ Ver CASTRO, João de. *Discurso da vida do sempre bem vindo e aparecido rei D. Sebastião*. Paris: Martin Vérac, 1602, e TEIXEIRA, José. *Adventure admirable par dessus toutes les autres des siecles passez & present*. [s. l.], [Lyon], 1601.

¹⁵ Ver LANCIANI, Giulia. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas*. Lisboa: Caminho, 1997, e CURTO, Diogo Ramada. *Littératures de large circulation au Portugal (XVI^e-XVIII^e siècles)*. In: CHARTIER, Roger e

impressão de folhetos de naufrágio em Portugal, a partir de meados do século XVI e até ao primeiro quartel do século seguinte, criando um género editorial. O texto fundador desse género, contribuindo claramente para a sua popularização, é o famoso “naufrágio de Sepúlveda”, impresso pela primeira vez em meados da década de 1550. O relato inicial do afundamento do navio no sul de África conflui para a peregrinação trágica da família de um nobre capitão, dos seus filhos e, em particular, da sua mulher, no final despojada da sua roupa e colocada à mercê de ferozes tribos africanas.

Em termos gerais, Giulia Lanciani propôs pistas importantes para explicar o sucesso editorial dos relatos de naufrágio, oscilando entre a sua explicação sociológica e a eficácia emotiva e ideológica das narrativas. A autora salientou, nomeadamente, que uma percentagem grande da população portuguesa esteve diretamente envolvida nas viagens ultramarinas, constituindo os dramas da vida marítima uma realidade muito concreta para muitos na época. A este aspeto sociológico, capaz de acicatar a atenção de potenciais leitores, viria juntar-se a componente consolatória e até certo ponto desmistificadora dos relatos, contrastando com o tom heróico das crónicas ou da poesia épica. No entanto, é possível acrescentar, na esteira do que escreveu Diogo Ramada Curto, que não existe necessariamente contradição entre diferentes formas editoriais e géneros literários, entre o folheto e a crónica ou o poema épico. Na origem das publicações de folhetos — ou livrinhos — estiveram iniciativas editoriais concretas de impressores, que alternaram a publicação de obras mais caras com outras mais baratas e de amortização mais rápida. Segundo o mesmo autor, o impacto de uma história como o “naufrágio de Sepúlveda” pode medir-se não apenas pelo facto de o folheto ter conhecido duas reedições até 1592, mas também de a sua intriga logo ter sido retomada na poesia de Luís de Camões (1572), Luís Pereira Brandão (1588) e de Jerónimo Corte-Real (1594). Mais do que o seu acantonamento num género específico que poderíamos identificar como popular, é a disseminação de uma história em vários registos que contribui para a sua popularidade.¹⁶

O exemplo de Jorge de Albuquerque Coelho

Outro relato de naufrágio bem conhecido dos estudiosos é o do *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, capitão e governador de Pernambuco*. O sucesso editorial deste livrinho é testemunhado pela referência, na edição de 1601, a uma nova tiragem de mil exemplares face ao esgotamento de uma primeira impressão com o mesmo número de cópias.¹⁷ Diversos aspectos podem ser apontados como estando na origem do seu relativo sucesso: a reputação do protagonista da história, visível no próprio título; o dramatismo da viagem, com as inúmeras vicissitudes vividas pela embarcação; o contraste

LÜSEBRINK, Hans- Jürgen. *Colportage et littérature populaire: imprimés de large circulation en Europe, XVI^e-XIX^e siècles*. Paris: IMEC-MSH, 1996. Este texto foi objeto de publicação em português: ver CURTO, Diogo Ramada. Literaturas populares e de grande circulação. In: *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

¹⁶ Ver *idem*, *ibidem*.

¹⁷ *Naufrágio, que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão, & Governador de Paranambuco*, Lisboa: António Álvares, 1601, s. f. [7v]. Não se conhece nenhum exemplar da primeira impressão e nem a data é conhecida dos bibliógrafos.



entre a fé do capitão numa intercessão divina, que, segundo o texto, se manifestou em várias ocasiões, e a pouca fé de parte da tripulação; a oposição entre um capitão bom católico e a heresia dos franceses protestantes que atacam a nau portuguesa e insultam a religião; o espectro do canibalismo entre os marinheiros nos momentos mais dramáticos de fome; e, por fim, o final feliz, com o avistamento da costa portuguesa e a chegada da nau feito um destroço a Lisboa, mas com o capitão e metade da tripulação salvos.

Gostaria, a propósito, de salientar uma passagem desse relato de naufrágio que se relaciona diretamente com a interpretação que atravessa este artigo. No capítulo 12, e penúltimo, conta-se como a nau foi trazida pelo rio Tejo acima e foi posta diante da igreja de São Paulo tal como estava, sem leme, mastro ou velas, onde ficou várias semanas à vista de todos:

*e se pôs a dita Nau defronte da Igreja de São Paulo [...] e por espaço de um mês ou mais que ali esteve ia tanta gente vê-la, que era coisa espantosa e todos ficavam espantados, vendo seu destroço, e davam muitas graças e louvores a nosso Senhor por livrar os que nela vinham de tantos perigos como passaram, e assim parece razão que toda a pessoa a cuja notícia vier a grande Misericórdia que Deus usou connosco, lhe dê muitas graças e louvores.*¹⁸

Exposta assim ao olhar dos curiosos como relíquia de uma salvação milagrosa, a vista demorada da nau por “tanta gente”, cruzada com os relatos que os sobreviventes fizeram de tudo o que lhes aconteceu, deverá ter estado na origem da criação de uma memória duradoura.¹⁹ Ela transformou em testemunhas presenciais, durante um espaço relativamente longo de tempo, um número alargado de pessoas que terão podido referir-se durante anos ao facto de terem visto a nau de Jorge Albuquerque Coelho em exibição. Assim, a publicação do folheto em 1601, 35 anos após estes acontecimentos, pode corresponder a um gesto de reativação dessa memória no momento em que ela estaria a desaparecer. É o que sugere o prólogo do livreiro e editor do folheto, António Ribeiro, dedicado ao próprio Jorge de Albuquerque Coelho: “e porque [i.e., para que] de todo se não extinguisse tal memória, e desejando de fazer a vossa mercê algum serviço, tomei este trabalho de novamente renovar este seu Naufrágio, porque [para que] a memória dele, que a muitos pode servir de exemplo de constância de piedade, lhe causasse agora nesta tranquilidade de ânimo, deleitação e alegria”.²⁰

Se a referência à prolongação da memória faz parte da retórica habitual de quem imprime, talvez estejamos aqui perante um exemplo em que essa invocação não é meramente retórica. Parece-me, pois, legítimo ler estes excertos como um indício de um gesto comercial que tenta resgatar o que resta en-

¹⁸ *Idem, ibidem, s./f.* [36v].

¹⁹ O excerto citado foi salientado, neste mesmo sentido da criação de uma memória popular, por etnógrafos portugueses como Teófilo Braga e Pinheiro Chagas. Este último, seguindo uma sugestão de Almeida Garrett, defendeu mesmo que a grande impressão provocada na população pelo avistamento do destroço da nau e dos sobreviventes esteve na origem do romance da *Nau Catrineta*. Veja-se o material transcrito (e as diferentes posições sobre a questão) em LIMA, Fernando de Castro Pires de. *A “Nau Catrineta”*: ensaio de interpretação histórica. Lisboa: Portucalense Editora, 1954.

²⁰ *Naufrágio, que passou Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão, & Governador de Paranambuco, op. cit., “Prologo a Jorge Dalbuquerque Coelho”, s./f.* [1v-2].

tre os leitores de uma memória social dos acontecimentos, reforçada pelo facto de o principal protagonista se encontrar ainda vivo.

Há na publicação deste relato de naufrágio um segundo motivo que se relaciona com a questão da circulação prévia de relatos noticiosos e anedotas. Esse motivo tira partido da boa reputação de Jorge de Albuquerque e permite-me fechar o círculo desenhado por este texto, regressando à Batalha dos Três Reis. Para além da fama de grande capitão, vencedor dos Caetés em Pernambuco, e sobrevivente de fé inabalável aos perigos do mar, Jorge de Albuquerque era ainda conhecido pela forma como, ferido durante a batalha marroquina, terá tentado ajudar o rei d. Sebastião a salvar-se, oferecendo-lhe o seu cavalo. O citado prólogo do livreiro António Ribeiro refere a essa anedota, “pois que no mais horrído conflito da batalha, dá o cavalo ao seu Rei, e cumpre com a obrigação leal do seu sangue e do seu vigoroso espírito: ferido, e trespassado de tantos pelouros e lanças, por [i.e para] lhe ajudar a defender sua vida”.²¹

A anedota do cavalo de Jorge de Albuquerque Coelho, exemplo moral do vassalo que se sacrifica pelo seu senhor, aparece também no texto poético que foi publicado junto com o livrinho, a famosa *Prosopopeia*, de Bento Teixeira. Os dois textos, prólogo e poema, testemunham da circulação de uma anedota que, tal como a memória do naufrágio, continuava a circular décadas depois de ter ocorrido.

Essa data de publicação é significativa também por outra razão: como referi atrás, em 1601 circulavam em Portugal novamente rumores da sobrevivência de d. Sebastião, ateados por notícias que vinham de Itália. Apesar de não haver nesta obra nenhuma referência ao rumor sebastianista, é provável que alguns dos seus leitores estabelecessem uma relação entre o episódio do cavalo e a fuga de d. Sebastião, com vida, da Batalha dos Três Reis. Essa relação foi estabelecida anos mais tarde por Miguel Leitão de Andrada, na sua *Miscelânea*, que retomou e desenvolveu a história do cavalo, tendo apontado o episódio como um dos que esteve na origem do rumor de que o rei tinha conseguido fugir da batalha. A oferta do cavalo ao rei por Albuquerque é ilustrada por uma interessante gravura que, além de mostrar, desdobra de forma narrativa a cena, representando a personagem do rei, de Albuquerque e do cavalo em momentos diferentes. Um manuscrito posterior a 1640 salienta este uso do rumor da sobrevivência do rei pelos descendentes de Albuquerque com o objetivo de alimentar a reputação desta casa nobre. Ao ceder o seu cavalo ao rei, o vassalo ferido dava à posteridade um exemplo de heroísmo e contribuía ao mesmo tempo para alimentar a fama de uma fuga do rei. Veiculada por textos manuscritos e impressos e por gravuras, o episódio terá contribuído para dar consistência aos boatos sebastianistas, transferindo-os da esfera das fábulas atribuídas ao povo para o crédito das crónicas e dos textos impressos.²²

É também Andrada quem transcreve no seu livro os versos e a notação musical de um romance em língua castelhana, intitulado *Puestos estan frente a*

²¹ *Idem, ibidem.*

²² Devo a Fernando Bouza Álvarez esta sugestão, assim como a referência ao manuscrito, elaborado por volta de 1644, conservado na British Library (Additional Mss, 28401). Cf. BOUZA, Fernando Álvarez. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. 2. ed. Madrid: Akal, 2018, apêndice, texto 2.

frente.²³ Estes versos constituem mais um testemunho importante da circulação duradoura pela via da oralidade de relatos “do infeliz sucesso desta batalha que muitos glosaram de muitas maneiras por uma toada tristíssima”. Nesse romance, o episódio da oferta do cavalo ao rei por Albuquerque ocupa lugar de destaque na conclusão da cantiga. Se a valentia do rei é sublinhada nestes versos, o gesto heróico de Jorge de Albuquerque, abdicando de se salvar com o seu cavalo para o dar ao seu senhor, contrasta também com a imprudência do rei. Este, com efeito, não segue o avisado conselho do seu vassalo e prefere buscar a morte matando mouros.

E com a transcrição e tradução da parte final do romance, concluo também eu o meu texto:

*Todo lo anda el buen Rey,
Dando muertes muy gallardo
La espada tinta de sangre,
Lança rota, sin cavallo*

A tudo anda o bom Rei
Dando mortes mui galhardo
A espada tinta de sangue
Lança partida, sem cavalo

*Que el suyo passado el pecho
Ya no puede dar un passo,
A Jorge Dalbuquerque pide
Le dê su rucio dorado.*

Que o seu, [tres]passado o peito
Já não pode dar um passo
A Jorge Dalbuquerque pede
lhe dê o seu [cavalo] ruço dourado

*Daselo de buena gana,
Y el Rey cavalga de un salto,
Mirale el Rey como jaze
De espaldas casi espirando*

Dá-o de boa vontade
E o Rei [o] cavalga num salto
Mira-o o rei como jaz
De costas quase espirando

*Mas le dize que se salve
Pues todo es roto en pedaços
Y el Rei se vá a los moros
A los moros Sebastiano el lusit[ano]
Busca la muerte en dar muertes
Busca muerte Sebast.[iano] el lusit.[ano]
Diziendo aora es la hora
Que un bel morir, tuta la vita honora.*

Mais lhe diz [Albuquerque] que se salve
Pois tudo está partido em pedaços
E o rei se vai aos mouros
Aos mouros Sebastião o lusitano
Busca a morte com dar mortes
Busca a morte Sebastião o lusitano
Dizendo agora é a hora
que um belo morrer toda a vida doura

Artigo recebido em 13 de agosto de 2021. Aprovado em 17 de setembro de 2021.

²³ ANDRADA, Miguel Leitão de, *op. cit.*, p. 228-231. A gravura encontra-se entre as p. 200 e 201.